

AGENTES TERRITORIAIS LOCAIS E CRIMES VIOLENTOS LETAIS, MACAPÁ-BRAZIL

ALMEIDA, Leidiene Souza de; ^{a*} CHAGAS, Clay Anderson Nunes; ^b
RAMOS, , Edson Marcos Leal Soares ^c

(a) MSc. em Segurança Pública. Capitã da Polícia Militar do Estado do Amapá (PMAP). ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0001-7480-9089>. CURRICULUM LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5411520453003641>

(b) Dr. em Planejamento Socioambiental. Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade do Estado do Pará (UEPA). ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-4223-0192>. CURRICULUM LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3537327292901649>

(c) Dr. em Engenharia de Produção (UFSC). Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0001-5425-8531>. CURRICULUM LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8324947891255931>

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address: UFPA, Rua Augusto Corrêa, 1, CEP: 66075110, Belém (PA), Brasil. Tel: (+55 91) 32017996

E-mail: claychagas@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a dinâmica dos crimes violentos letais no âmbito do território dos bairros Cidade Nova, Congós, Jardim Felicidade, Marabaixo I, Muca e Novo Buritizal, a partir da perspectiva de diferentes atores sociais entrevistados na cidade de Macapá. A pesquisa teve caráter descritivo e exploratório, sendo desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e sistematização de dados secundários coletados junto à Gerência de Estatística e Análise Criminal, subordinada à Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá. Para isso, foram utilizadas técnicas da estatística descritiva, associada ao geoprocessamento e análise de conteúdo das entrevistas. Os resultados obtidos evidenciam que a violência registrada em Macapá, em especial na dimensão dos bairros, se distribui de forma diferenciada no espaço urbano, e tem provocado, sobretudo, medo e insegurança na população. Os autores e vítimas da criminalidade letal são predominantemente os adolescentes e jovens, do sexo masculino, em virtude de conflitos advindos do não pagamento de dívidas relativas ao comércio de drogas.

Palavras-chave: Espaço urbano; Violência; Crimes violentos; Agentes territoriais.

ABSTRACT / RESUMEN

LOCAL TERRITORIAL AGENTS AND LETHAL VIOLENT CRIMES, MACAPÁ-BRAZIL

The objective of this study is to analyze the dynamics of lethal violent crimes in the territory of the neighborhoods of Cidade Nova, Congós, Jardim Felicidade, Marabaixo I, Muca and Novo Buritizal from the perspectives of different social actors interviewed in the city of Macapá. The research was descriptive and exploratory, developed from a bibliographical survey, field research and the systematization of secondary data collected from the Statistics and Criminal Analysis Department, subordinated to the State Secretariat of Justice and Public Security of Amapá. To this end, descriptive statistical techniques were used, associated with GIS and content analysis of interviews. The results show that the violence registered in Macapá, especially on the neighborhood level, is distributed differently in the urban space, and above all, has caused fear and insecurity in the population. The perpetrators and victims of lethal crime are predominantly male adolescents and youths, as a result of conflicts arising from non-payment of debts related to the drug trade.

Keywords: Urban space; Violence; Violent crimes; Territorial agents.

ACTORES LOCALES Y LOS CRÍMENES VIOLENTOS LETALES EN MACAPÁ-BRAZIL

El objetivo de este estudio es analizar la dinámica de los crímenes violentos letales en el territorio de los distritos de Cidade Nova, Congós, Jardim Felicidade, Marabaixo I, Muca y Novo Buritizal, desde la perspectiva de diferentes actores entrevistados la ciudad de Macapá. La investigación fue descriptiva y exploratoria, que se desarrolló a partir de revisión de la literatura, la investigación de campo y sistematización de datos secundarios recogidos por la Dirección de Estadística y Análisis Criminal, dependiente del Ministerio de Justicia y Seguridad Pública de Amapá. Para esto, se utilizaron técnicas de estadística descriptiva asociadas con el GIS y el contenido de análisis de entrevistas. Los resultados muestran que la violencia registrada en Macapá, especialmente en el tamaño de los cuartos, se distribuye de manera diferente en el espacio urbano, y ha causado sobre todo el miedo y la inseguridad en la población. Los autores y las víctimas del crimen letales son en su mayoría adolescentes y jóvenes, hombres, debido a los conflictos que surgen de la falta de pago de las deudas relacionadas con el tráfico de drogas.

Palabras clave: Espacio urbano; Violencia; Crímenes violentos; Agentes territoriales.

Article history:

Received 10 November, 2017
Accepted 15 February, 2017
Publisher 15 March, 2018

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade apresentar os resultados obtidos na investigação de campo com os agentes territoriais locais, referente ao Projeto BRA/04/029 - Segurança Cidadã/Pensando a Segurança Pública, financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) em convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ) e executado por integrantes da equipe de pesquisa “Território, Rede e Violência – agentes territoriais e os homicídios nas cidades de Belém, Ananindeua, Marabá, Parauapebas, Macapá e Palmas, vinculado aos cursos de Pós-Graduação em Segurança Pública e Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), que teve por encargo realizar a coleta e sistematização de dados relativos ao fenômeno da violência e homicídios, de modo a identificar os principais fatores de risco e a dinâmica destes crimes nas cidades do grupo Região Norte que integram o Pacto Nacional pela Redução dos Homicídios (PNRH) (BRASIL, 2016a).

O objetivo seria compreender a relação existente entre a dinâmica dos crimes violentos letais¹ e o comportamento dos agentes territoriais locais, a partir do levantamento de campo, no qual foram entrevistados diferentes atores territoriais locais atuantes nos bairros Cidade Nova, Congós, Jardim Felicidade, Marabaixo I, Muca e Novo Buritizal, situados na cidade de Macapá.

Para explorar a temática, estrutura-se este estudo em cinco partes: após esta introdução, a segunda parte trata da caracterização da área de estudo. Na terceira se discute a metodologia empregada na pesquisa. A quarta aborda os resultados da distribuição espacial dos crimes violentos letais nos bairros de Macapá, associada à análise das entrevistas dos diferentes agentes territoriais locais. E por fim, são apresentadas as reflexões finais.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Macapá, capital do Amapá, está localizada no extremo norte do país e faz fronteira com o estado do Pará. Segundo o Censo Demográfico 2010, a população total compreende 398.204 habitantes, sendo estimada para o ano de 2016 população em torno de 465.495 habitantes (IBGE, 2010, 2016).

No contexto específico de Macapá, mudanças políticas e econômicas ocorridas no estado, nas três últimas décadas, têm alterado significativamente a configuração espacial da cidade, especialmente devido à transformação do Território do Amapá em uma Unidade Federativa, através da Constituição Federal de 1988, e à criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, em 1991, que foram os principais eventos que colaboraram tanto para o aumento populacional do Amapá, quanto para a expansão da malha urbana da capital provocada por um considerável contingente de migrantes que chegou ao município (PORTILHO, 2010). Somado a isso, a criação durante os anos 1990 de extensas áreas de preservação ambiental no Estado (cerca de 72% do território amapaense), mostrou-se como outro determinante para a concentração das forças produtivas econômicas em torno da capital amapaense (PORTO et al., 2008).

Semelhante a muitas cidades do país, Macapá enfrenta uma série de conflitos oriundos de um processo de expansão urbana rápido e desordenado. O município tem atualmente um total de 84 bairros, dos quais 28 se encontram oficialmente criados, sendo em sua maioria constituídos por aglomerados subnormais.² As demais 56 ocupações (bairros) existem de modo informal, sem o respectivo instrumento jurídico que estabeleça suas delimitações, quantidade de ruas, quadras e habitações.

(1) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) é uma categoria criada em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, com a finalidade de agregar os crimes de maior relevância social (BRASIL, 2006), sendo neste estudo abrangidos o homicídio, o latrocínio e o óbito decorrente de confronto policial.

(2) O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes; e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública) (IBGE, 2010a).

A zona sul da capital amapaense é a área de ocupação mais antiga, concentra a maior parte da população estimada em 210.000 habitantes (IBGE, 2010a), acolhe a maioria dos pontos turísticos, atividades econômicas, culturais e serviços públicos do município, além de reunir grande parte da população vivendo em áreas de ressaca,³ principalmente, nos bairros Congós, Marco Zero, Muca, Novo Buritizal e Universidade. A extensão das áreas de ressaca da capital perfaz um total de 36.470.392 metros quadrados, abrangendo cerca de 20% do total da área do perímetro urbano da cidade, onde estima-se que 17% da população urbana resida, o que corresponde a cerca de 65 mil pessoas (PEREIRA et al., 2015).

A zona norte de Macapá concentra grande parte dos bairros e loteamentos de origem mais recente. Inicia oficialmente depois da ponte Sérgio Arruda, principal via de ligação para esta área da cidade e apresenta população estimada em 130.000 habitantes (IBGE, 2010a), sendo considerado o maior vetor de expansão urbana horizontal da capital e tem como eixo viário central a rua Tancredo Neves e a rodovia BR 210, que é a principal via para o acesso às outras cidades do interior do estado (PALHETA et al., 2016).

É importante destacar que foram selecionados como objeto de investigação da dinâmica territorial dos crimes violentos letais, os seis bairros que apresentaram maior letalidade na cidade de Macapá no recorte temporal de 2013 a 2015, destacados na Figura 1.

Ao analisar a dinâmica dos crimes violentos letais nos bairros pesquisados em Macapá, a partir do banco de dados disponibilizado pela Gerência de Estatística e Análise Criminal (GEAC), vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá (SEJUSP/AP), o recorte totalizou 130 registros extraídos dos Boletins de Ocorrência Policial Militar, no período de 2013 a 2015 (BOPM).

Pode se observar na Figura 2, que o bairro Congós lidera quanto ao número de vítimas da criminalidade violenta letal na série temporal analisada. Em 2014 se destacam os bairros Jardim Felicidade, Marabaixo I e Novo Buritizal, com 11, 9 e 8 vítimas, respectivamente. Quando confrontados os anos 2013 e 2015, percebe-se que o número de vítimas no bairro Novo Buritizal mais que duplica e no Marabaixo I mais que triplica. Em relação ao bairro Muca verifica-se um aumento no número de vítimas, de 5 em 2013, para 7 em 2014, seguido de sutil decréscimo em 2015.

METODOLOGIA

Neste estudo foi realizada revisão bibliográfica temática, seguida do levantamento de dados secundários junto à GEAC-SEJUSP/AP, e posterior pesquisa de campo de caráter descritivo e exploratório, para obtenção de dados primários através de entrevistas individuais, realizadas no primeiro semestre de 2016 na cidade de Macapá, por integrantes da equipe do Projeto de Pesquisa “Território, Rede e Violência”, com 34 moradores dos bairros selecionados, sendo os respectivos diálogos gravados (com prévia autorização dos sujeitos) e a seguir transcritos para devida análise.

Concernente às técnicas de crítica dos dados, foi utilizada a estatística descritiva, geoprocessamento para representação cartográfica, a partir do Sistema de Informação Geográfica (SIG), com adaptações da base cartográfica dos setores censitários do IBGE 2010, por meio do software ArcMap 10.1, com capacidade de reunir e vincular objetos gráficos a estruturas de banco de dados georreferenciados, sendo gerado mapa temático com a delimitação da malha territorial dos bairros, a fim de possibilitar o teste das hipóteses de padrão de distribuição dos eventos criminais investigados.

A abordagem qualitativa foi realizada através da análise de conteúdo, baseada nos vocábulos “violência” e “homicídio”, para se compor as categorias analíticas, sendo o tratamento organizado

(3) A palavra “ressaca” é utilizada regionalmente para denominar os vários lagos de várzeas existentes no Amapá, que surgem durante o inverno amazônico (dezembro a junho) e são provenientes do acúmulo das águas das chuvas nos rios e igarapés. Quando cessam as chuvas, as águas se restringem ao canal principal dos rios e as “ressacas” se transformam em grandes campos. Servem ainda como corredores naturais de vento, que amenizam o desconforto térmico e influenciam diretamente no microclima da cidade, em especial da Zona Norte de Macapá (TAKIYAMA et al., 2003).

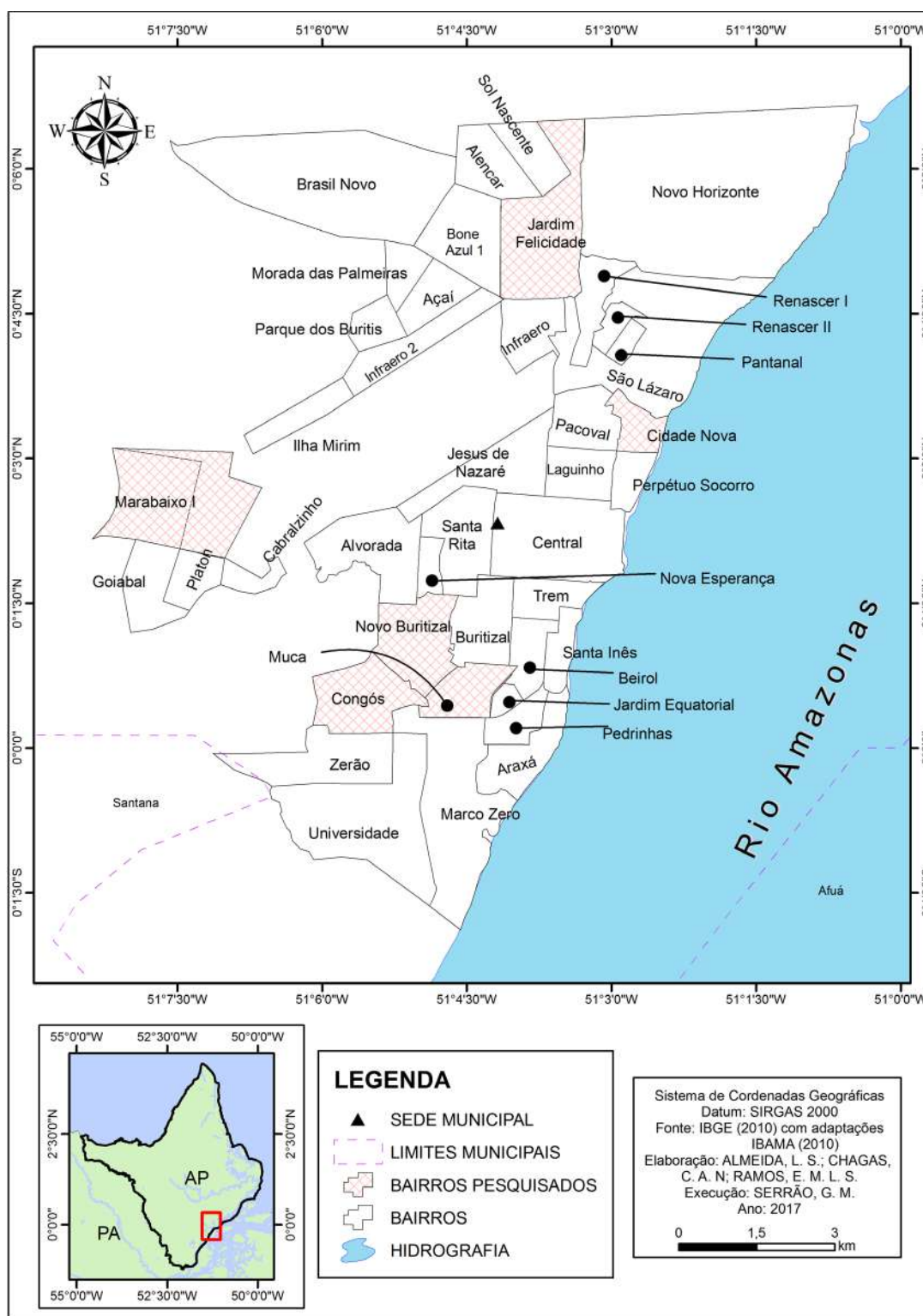


Figura 1 - Delimitação do bairros investigados em Macapá-AP.
Fonte: IBGE (2010) – Adaptado pelos autores (2017).

em três fases: 1) pré-análise, através da leitura flutuante das entrevistas; 2) exploração do material, com posterior classificação e agregação dos dados em categorias; e, 3) tratamento dos resultados e interpretação dos dados, utilizando como base o quadro referencial teórico e as indicações trazidas pela leitura geral (BARDIN, 2011).

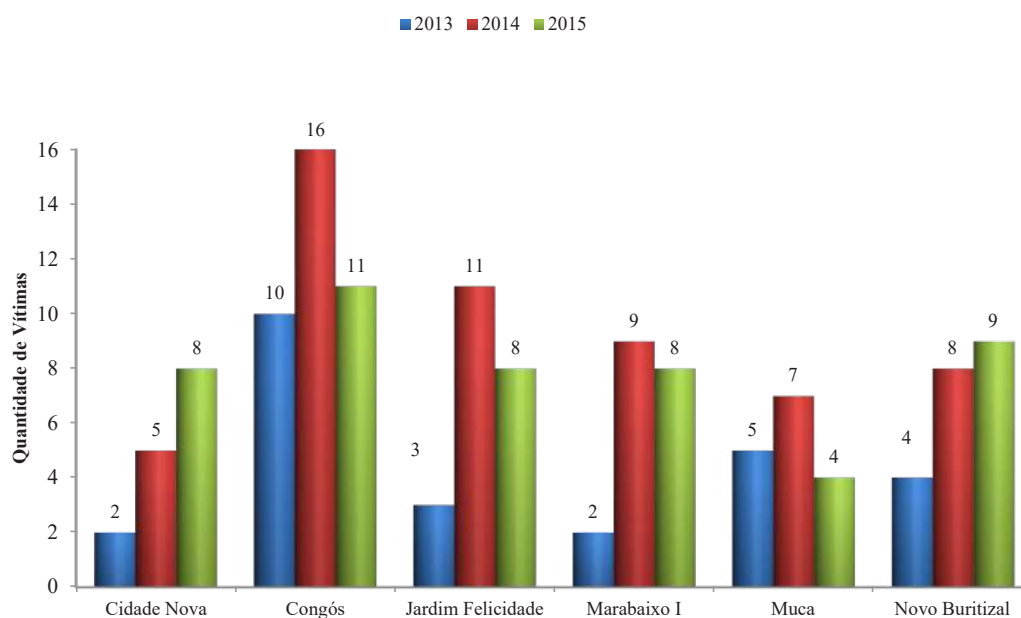


Figura 2 - Número de vítimas de crimes violentos letais nos bairros pesquisados na cidade de Macapá-AP (2013-2015).

Fonte: GEAC-SEJUSP/AP (2016) – Elaborado pelos autores (2017).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

ANÁLISE ESPACIAL

Faz-se necessário destacar certa dificuldade na pesquisa quando do cruzamento da base de dados no nível de bairros associada à distribuição dos registros dos crimes, no que diz respeito, especificamente, a um consenso das fontes oficiais consultadas sobre qual a área exata ou polígono que cobre determinados bairros na cidade de Macapá. Adicionado a isso, a insuficiência de informações padronizadas e completas dos registros dos crimes violentos letais,⁴ impossibilitou fixar a localização exata de todos os eventos criminais levantados, optando-se, assim, pela construção de mapas de “pontos quentes”.

Dessa forma, buscou-se observar o padrão, se existe agrupamento, ou se a distribuição dos eventos é aleatória ou se os mesmos possuem uma distribuição regular (BAILEY; GATRELL, 1995), além de se evidenciar outros olhares sobre o espaço que não se limitam a sua condição de espaço geográfico, se focando na dimensão do território indissociável do social, em que neste caso, centraliza-se na relação espaço-território-poder, para pensar a territorialidade dos crimes violentos letais na capital amapaense.

Da análise espacial nos bairros Jardim Felicidade (Figura 3) e Cidade Nova (Figura 4), é possível constatar que a distribuição do fenômeno não se processa de forma concentrada, de modo a sugerir tendência com padrão bem definido e uniforme, indicando que os crimes violentos letais se distribuem regularmente no território dos dois bairros.

O bairro Jardim Felicidade é um dos bairros mais antigos da zona norte da cidade, com população de 16.672 habitantes, 3.898 domicílios particulares permanentes, distribuídos em uma área total de 2,6 km² (IBGE, 2010b). É importante salientar que a expansão motivada pela pressão urbana em Macapá ocorreu em todas as direções, mas em especial à zona norte da cidade, aumentando os problemas enfrentados pela população desta porção da cidade, que vivencia um atraso em termos de infraestrutura e equipamento urbano, como a carência de saneamento básico, problemas

(4) Dos 130 registros de crimes violentos letais ocorridos no território dos bairros no recorte temporal investigado, foram espacializados com precisão 110 eventos (cerca de 85% do total).

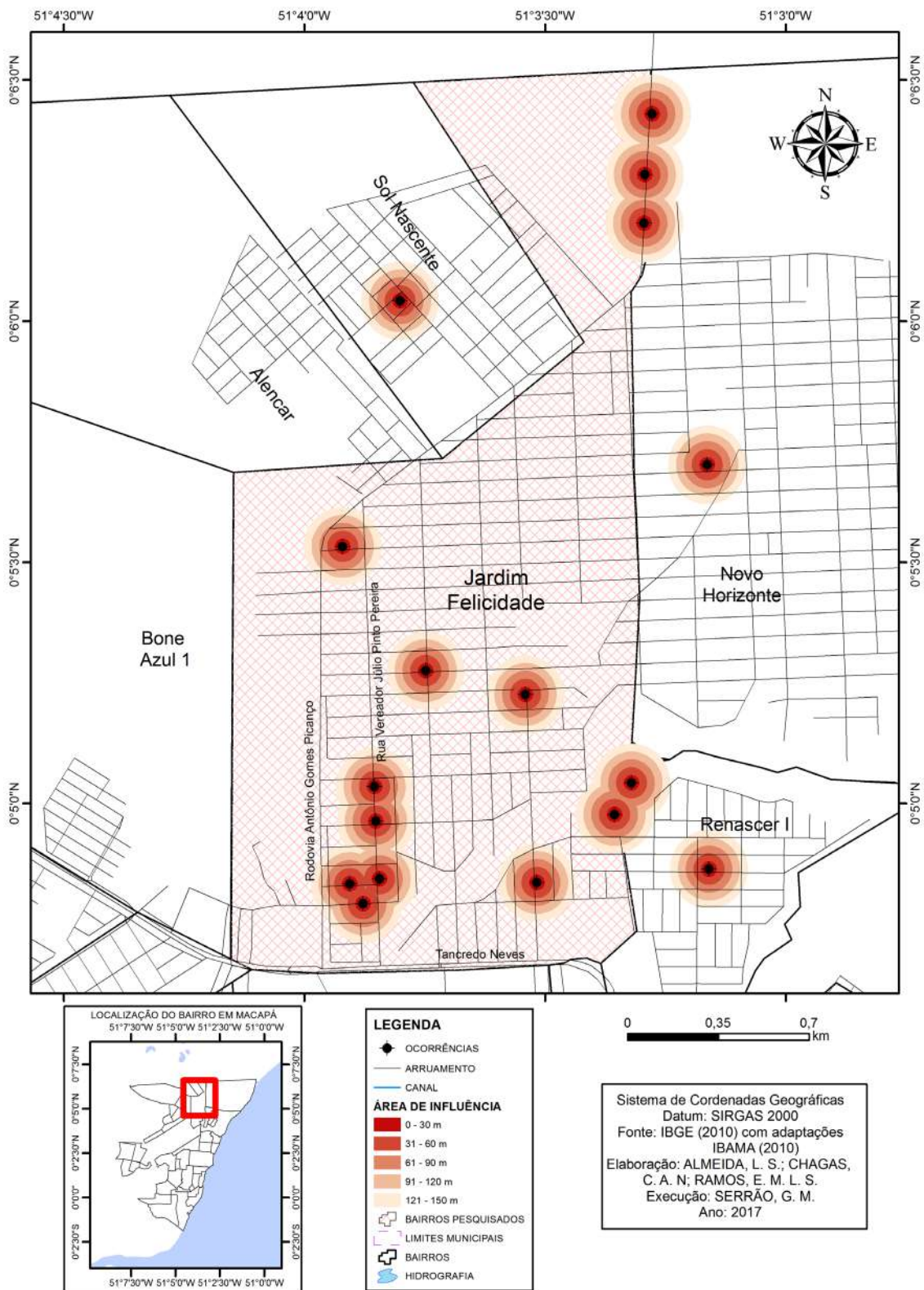
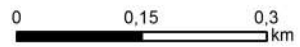
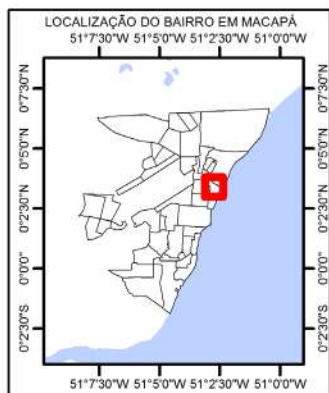
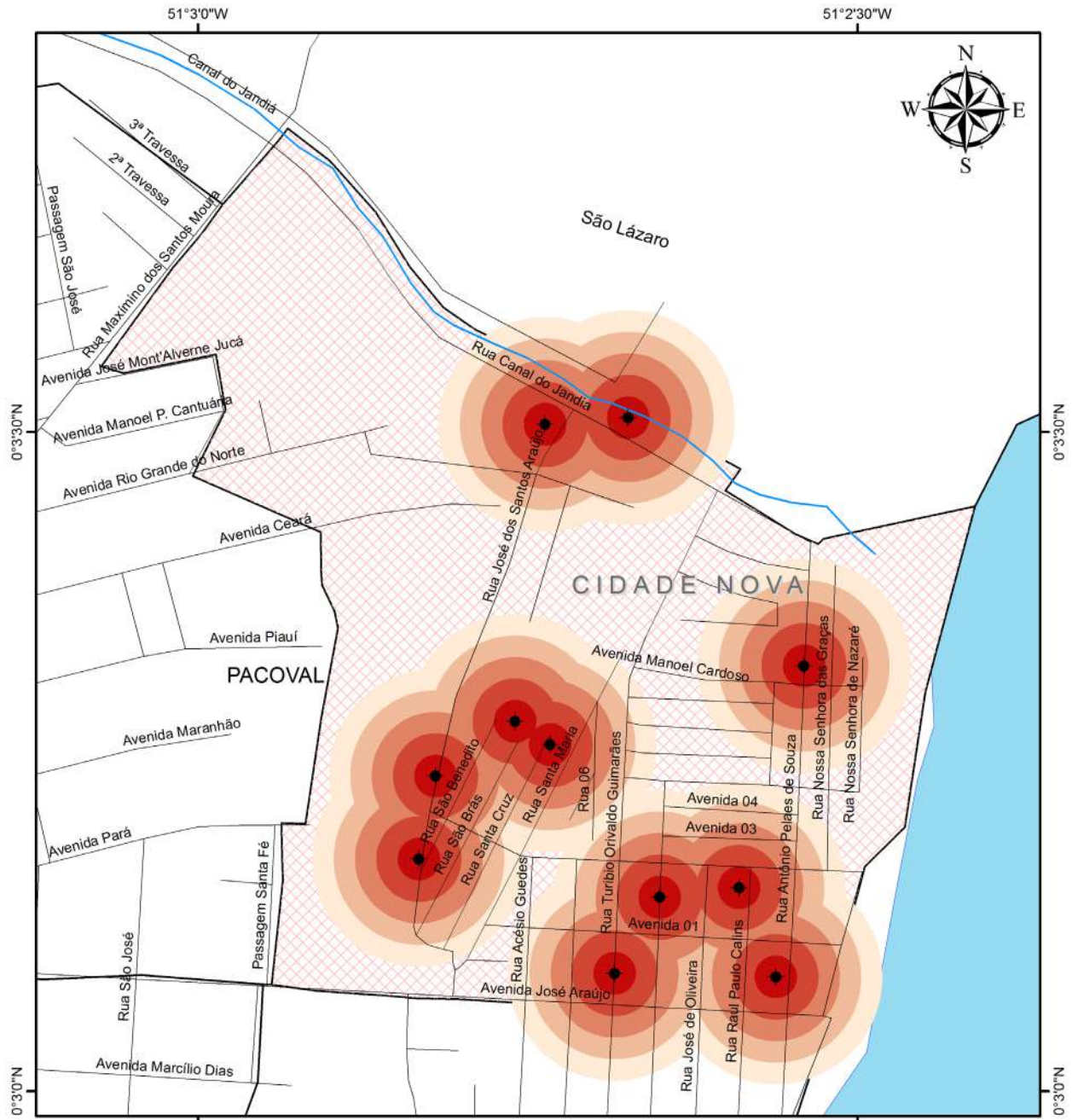


Figure 3 - Distribuição dos crimes violentos letais no bairro Jardim Felicidade, Macapá-AP (2013-2015).



Sistema de Cordenadas Geográficas
Datum: SIRGAS 2000
Fonte: IBGE (2010) com adaptações
IBAMA (2010)
Elaboração: ALMEIDA, L. S.; CHAGAS,
C. A. N.; RAMOS, E. M. L. S.
Execução: SERRÃO, G. M.
Ano: 2017

Figura 4 - Distribuição dos crimes violentos letais no bairro Cidade Nova, Macapá-AP (2013-2015).

de abastecimento de água e de energia elétrica, vias sem pavimentação, deficiências no transporte e serviços públicos. Esta unidade administrativa apresenta uma quantidade significativa de habitações em áreas de ressaca, não tão densamente povoadas como as dos bairros da área sul da capital, mas que de igual modo vem sofrendo com o progressivo aumento da “campanha de aterramento” das ressacas, fenômeno peculiarmente importante na dimensão habitacional informal da capital amapaense (TOSTES; LUZ, 2014). Esses espaços se caracterizam por expansões fragmentadas do território urbano, negligenciadas pelo poder público, com características excludentes da cidadania, o que favorece o enfraquecimento dos laços de mecanismos de controle social e a instalação da violência e criminalidade nesses espaços (FELIX, 2002; BEATO FILHO, 2012)

O bairro Cidade Nova apresenta população que ultrapassa os 15 mil habitantes, 3.211 domicílios particulares permanentes, distribuídos em uma área total de 0,8 km² (IBGE, 2010), localizado na parte leste da capital, na área de orla da cidade que margeia o Rio Amazonas, onde são encontradas inúmeras habitações irregulares em áreas alagadas, com situação irregular de ligações à rede elétrica, sem infraestrutura de água e esgoto, sem pavimentação das vias e sem coleta regular de lixo, cujas características coincidem com as de área de exclusão. Em que pese o bairro se localizar na porção mais central da capital, mostra uma realidade que contrasta sensivelmente com a área devidamente loteada, urbanizada, e que concentra a oferta dos principais serviços coletivos urbanos em Macapá. Além disso, embora o bairro Cidade Nova seja um espaço de dimensões geograficamente pequeno, apresenta um elevado fluxo de pessoas, em virtude da importância comercial do local e à proximidade com o centro da cidade. O Cidade Nova juntamente com os bairros Jesus de Nazaré, Pacoval e São Lázaro se localizam na extensão do Canal do Jandiá, onde se localiza pequena área portuária que serve de escoamento para produtos madeireiros (CARDOSO et al., 2015).

O bairro Cidade Nova concentra um grande número de terrenos abandonados e uma área considerável de ocupações irregulares, com alta densidade demográfica, onde se verifica uma significativa perda de qualidade de vida, essencialmente no que se refere à lesão do direito à cidade, tanto no nível do habitar que não se limita a moradia, quanto no nível urbano da cidade, refletido no quadro de desestruturação urbano constatado. Destaca-se que ambos os níveis se interpenetram, agregando a estrutura física e social dinâmica, geradora de inúmeras formas de produção e reprodução de segregações (LEFEBVRE, 2000, 2006). É nesse ambiente que “a exclusão territorial faz indivíduos, famílias e comunidades particularmente vulneráveis, abrindo espaço para a violência e o conflito” (ROLNIK, 1999, p. 100).

O bairro Marabaixo I encontra-se extraoficialmente criado desde 1998, não havendo estimativas oficiais acerca da população na fonte de dados consultada. O bairro é atendido pelo sistema de energia elétrica, contudo, não possui abastecimento de água tratada e saneamento básico, sendo que as ruas e avenidas não têm identificações e não possui infraestrutura urbana projetada, carecendo de asfaltamento, meio-fio, canais para escoamento das águas pluviais e sinalização.

No que se refere à distribuição dos crimes violentos letais no Marabaixo I (Figura 5) pode se observar certa regularidade na dispersão dos eventos, sobretudo, ao longo da Rodovia Duca Serra, principal via de ligação da área oeste com o centro da cidade, e maior concentração de registros no espaço onde se localiza o Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN),⁵ o que pode denotar aumento no índice de óbitos na dimensão do encarceramento na capital. Nesse sentido, o Informativo Rede Justiça Criminal destaca os estados do Norte e Nordeste com os maiores índices de mortalidade prisional, em especial, o estado do Maranhão com 75 casos para cada dez mil pessoas privadas de liberdade (BRASIL, 2016b).

Em termos de concentração intraurbana dos crimes destacam-se os bairros Congós, Muca e Novo Buritizal (Figura 6), com predominância em suas áreas limítrofes, coincidentes com as formações de aglomerados subnormais no espaço urbano, nos quais se apresenta, comumente, maior

(5) É importante apontar que dos 19 registros de crimes violentos letais ocorridos no bairro Marabaixo I, 8 homicídios se deram no interior do IAPEN.

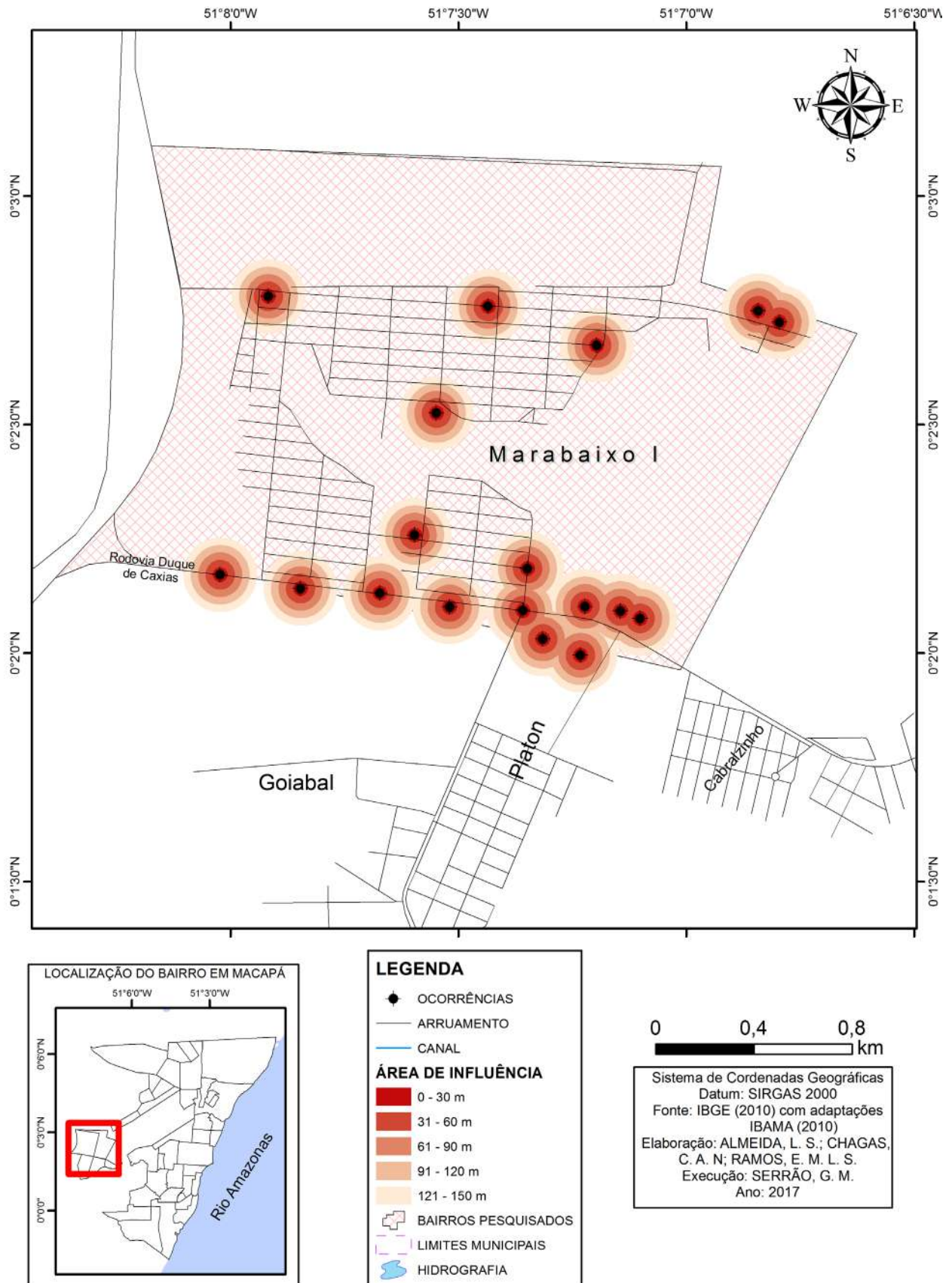


Figura 5 - Distribuição dos crimes violentos letais no bairro Marabaixo I, Macapá-AP (2013-2015).

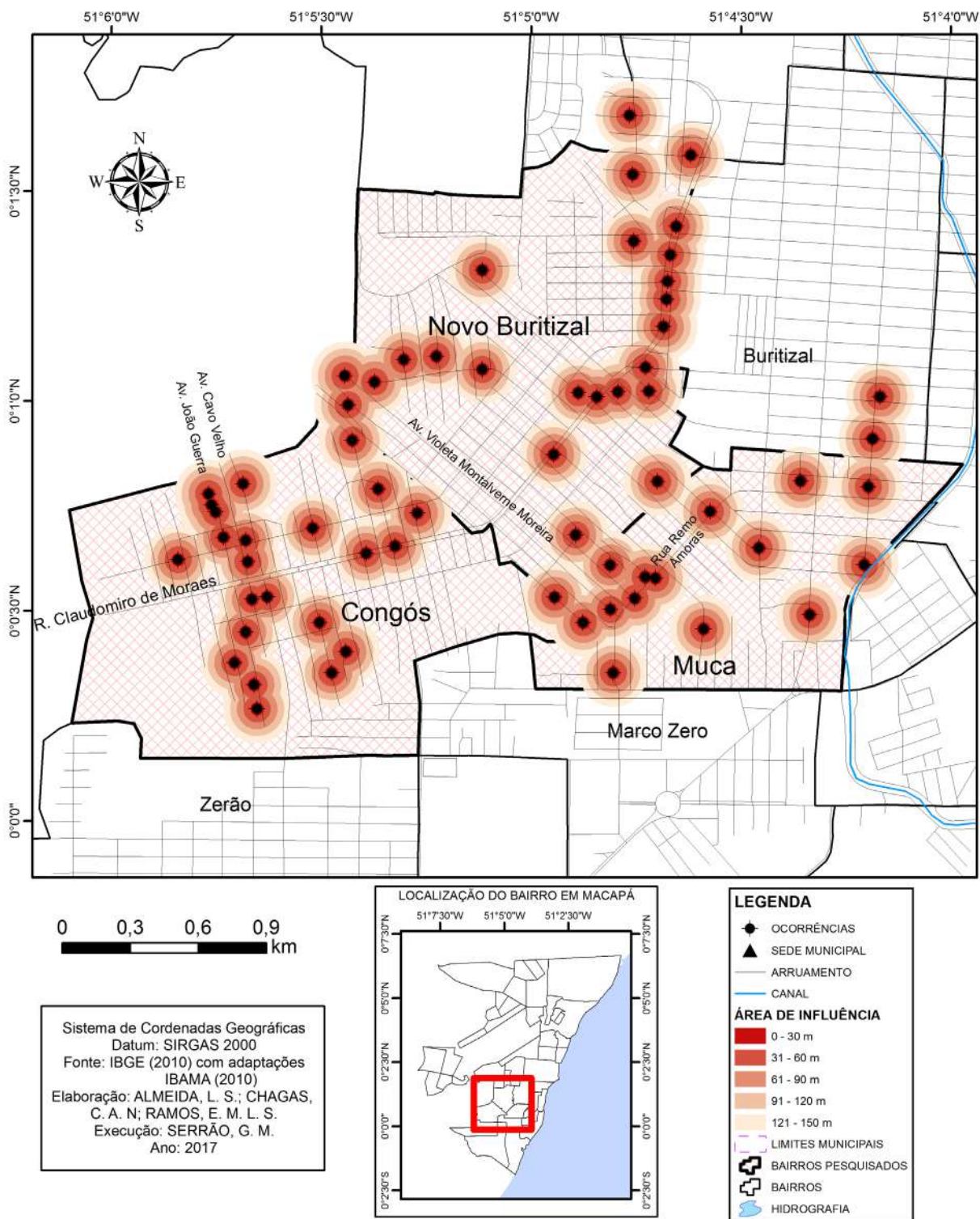


Figura 6 - Distribuição dos crimes violentos letais nos bairros Congós, Muca e Novo Buritizal, Macapá-AP (2013-2015).

precariedade de condições infraestruturais e sociais de existência coletiva, com especial atenção às porções alagáveis das unidades administrativas, que formam um conglomerado no interior destas.

Vale salientar que os bairros Congós, Muca e Novo Buritizal convivem com o grave problema de ocupação irregular das áreas de ressaca, que se caracterizam pela conexão por passarelas de madeira, sendo espaços densamente povoados, e não assistidos pela rede de esgoto e de água tratada, onde também é frequente encontrar ligações irregulares na linha de fornecimento de energia elétrica (PEREIRA et al., 2015).

Verifica-se que a ocupação urbana na capital progressivamente avança em direção às zonas periféricas e terminais dos bairros, que habitualmente correspondem às áreas de ressaca, que sem a infraestrutura urbana básica, se transformam em espaços de segregação e pobreza, acarretando em uma série de problemas sociais, e dentre estes, se revela o aumento da violência e da criminalidade (PORTILHO, 2010).

Nessa perspectiva, Chagas (2014) afirma que as áreas de periferização se constituem em locais propícios para o estabelecimento do território do crime, pois se convergem em ambientes com certas peculiaridades, como a ilegalidade, a fragilidade de segurança pública e das instituições de controle público, associadas à escassez dos serviços públicos mínimos, fatores estes concorrentes para a instalação e fixação das chamadas zonas de tensões. De tal modo, a criminalidade, especialmente a violenta, se torna instrumento coercitivo para a fixação e controle do território por grupos que articulam suas ações no espaço urbano.

É nesse contexto que se observa que a dinâmica territorial não só da criminalidade letal, mas toda a sorte de crimes como aqueles contra o patrimônio e a pessoa, atuando como elementos de transformação e reorganização do espaço urbano.

Constata-se que ao se refletir sobre a criminalidade violenta, sob a perspectiva do território, impõe-se um esforço teórico-metodológico que deve considerar os contextos e processos nos quais esse território se estabelece. Desse modo, é importante notar que se reconhece o território como uma categoria posterior ao espaço e desenvolvido a partir da noção de espaço.

O espaço e o território são conceitos distintos, onde “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si (...). O território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). O território perfaz-se como resultado de uma ação concretizada por um ator sintagmático - ator que realiza um programa - em qualquer nível, que se apropriando de um espaço, concreta ou abstratamente, “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993).

Observa-se que na construção do conceito de território coexistem diferentes abordagens. Todavia, em qualquer sentido, o território está ligado às relações ou práticas de poder, que neste foco assentam-se sobre a dinâmica da letalidade violenta. Nesse contexto, encontra-se inserida a multidimensionalidade do poder (RAFFESTIN, 1993) construída no sentido de que diferentes atores produzem o espaço, estruturam e reestruturam o território através da prática de poderes aplicados na gestão territorial. Interpretar o poder relacionado ao território significa relacioná-lo à capacidade dos atores de gerir, de implantar políticas, com incidência estratégica no território por parte tanto do Estado como dos múltiplos atores do/no poder, na produção e uso do território (BECKER, 1983).

Considera-se que os diferentes atores sociais, aqui especialmente denominados agentes territoriais locais, na qualidade de representantes do poder social, do poder econômico e da comunidade em geral, que envolvidos direta, indiretamente ou ainda não relacionados com as práticas violentas que podem resultar no homicídio, tendem dentro de suas próprias intencionalidades a se “territorializar”, transformando o território em um palco centralizado na disputa de interesses e permeado por uma teia de relações construída pelos diferentes agentes no âmbito local.

Nesse sentido, são complexas as relações de poder estabelecidas entre os agentes entre si e destes com o território, e que acontecem em múltiplas dimensões, nas quais o poder se manifesta e opera. Concebe-se, assim, o território como palco central das relações de poder, essenciais na

construção da significação do território (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 2008; SACK, 2013; HAESBAERT, 2004, 2014).

Para Haesbaert (2004) o processo de dominação e/ou apropriação e as questões do território devem ser trabalhadas na multiplicidade de suas manifestações, considerando a pluralidade de poderes nelas incorporadas através dos múltiplos agentes envolvidos. Assim, deve-se em primeiro lugar, distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas ou instituições. Dessa forma, o território seria um produto da apropriação de um dado segmento do espaço, por um determinado grupo social, estabelecendo-se no território a partir de relações políticas de controle ou relações afetivas identitárias e de pertencimento.

Segundo Foucault (2015) o poder não está necessariamente localizado em uma instituição, nem tampouco se apresenta como algo que se cede por contratos jurídicos ou políticos. O poder acontece como uma relação de forças e como relação está em todas as partes. Todos estão envolvidos por relações de poder e não podem ser considerados independentes delas ou alheias a elas.

Nesse sentido, Arendt (2011, p. 58) principia a distinção entre poder e violência, no âmbito da política, afirmando que “a forma extrema de poder é o Todos contra Um; uma forma extrema de violência é Um contra Todos. E essa última nunca é possível sem instrumentos”. A autora enfatiza que a violência não se constitui em sinônimo de poder. “(...) O poder é de fato a essência de todo governo, e não a violência.

A violência é por natureza instrumental; com todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja” (ARENDRT, 2011, p. 68). Dessa forma “a ação violenta é regida pela categoria meio-fim, cuja principal característica, quando aplicada aos negócios humanos, foi sempre que o fim corre perigo de ser suplantado pelos meios que ele justifica e que são necessários para alcançá-lo”.

Assim, “nada é mais comum do que a combinação de violência e poder, nada menos frequente do que encontrá-los em sua forma pura e, portanto, extrema” (ARENDRT, 2011, p. 63). Por isso, embora distintos, poder e violência usualmente são encontrados juntos. Dessa forma “o poder não precisa de justificação, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; o de que ele realmente precisa e de legitimidade (...). Já a violência pode ser justificável, mas nunca será legítima” (ARENDRT, 2011, p. 69).

Quando analisamos o nosso objeto de estudo é necessário compreender a forma materializada que a violência se apresenta no espaço urbano. Assim, “a violência corresponde ao uso da força física contra a pessoa, cuja a vida, saúde e integridade física ou liberdade individual correm perigo a partir da ação de outro(s)” (SAPORI; SOARES, 2014, p. 37). Contudo, é importante compreender a violência letal, aqui entendido como “o uso intencional da força física, dirigida contra o próprio agressor ou contra terceiros, e que resulta em lesão ou morte” (BARATA; RIBEIRO, 2000, p. 118), figurando, desse modo, o homicídio como violação do direito mais fundamental do ser humano, o direito à vida.

Nas áreas periféricas, onde existe a frágil presença efetiva do Estado, a partir das suas múltiplas instituições reguladoras e emissoras do poder estatal, é onde acontece mais claramente a proliferação da violência, pois a diversidade de agentes territoriais em disputa pelo controle do território, faz surgir zonas de tensão, o que frequentemente permite o surgimento da violência letal, justificada pela necessidade de alcançar o meio inerente aquela área de disputa territorial.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A estratégia de avaliação dos relatos dos agentes territoriais locais, estabeleceu-se em torno das seguintes questões sintetizadas a partir do roteiro inicial da entrevista:

- i) Onde e por que se concentram as mortes nos bairros investigados?
- ii) Quais os perfis dos sujeitos envolvidos nessas práticas violentas?

- iii) Quais dinâmicas criminais ocorrem nesses bairros resultam em morte?
- iv) O que pode ser feito em termos de políticas públicas?

MEDO E INSEGURANÇA: TERRITORIALIDADE DOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS

Ao se analisar as entrevistas constatou-se que o medo e a sensação de insegurança são fatores presentes no dia a dia dos moradores. Vários autores, como Tuan (2005), Souza (2008) e Caldeira (2010) discutem como a violência e a insegurança alcançaram um nível crítico, capaz de influenciar decisivamente no cotidiano da população e nos padrões de circulação no espaço. Tanto o medo quanto a violência se constituem em elementos que redefinem o modo de vida das pessoas, se apresentando “como fatores de condicionamento das relações sociais e de modelagem do espaço nas cidades” (SOUZA, 2008, p. 13).

Não me sinto seguro caminhando de dia e nem a noite é muito perigoso as pessoas estão assaltando e matando de graça mesmo (...) e inclusive uns 3 meses mataram dois no bairro de dia, umas 15 horas (Morador 1, bairro Congós).

A gente não tem mais liberdade, então é assim, a gente não se sente seguro, nos sentimos em cárcere privado, ficamos a perecer, a gente não tem mais a liberdade, por que o bairro Congós é um bairro muito grande (...), então nós temos abertura aqui para o verão pelas várias pontes, eles praticam o crime e correm (Representante do Conselho Comunitário de Segurança, bairro Congós).

Eu sei de um caso agora, mais recente, dois homens, eles foram assassinados, acho que já tinha chegado o carnaval (...) duas mortes. (Morador, bairro Muca).

Alguns dos relatos destacam dentre outros aspectos, o desconforto gerado pelo medo e pela sensação de insegurança nos sujeitos, principalmente ao circular pelas vias e espaços públicos dos bairros onde residem, não só no período noturno, mas em todas as faixas de hora do dia e da noite. Apontam ainda em direção à ofensa ou limitação de direitos, especialmente no que diz respeito à liberdade, o que parece alimentar um sentimento de perda desta garantia, além de indicar uma noção de enclausuramento associada à ideia de prisão, fatores estes já registrados por Caldeira (2010).

Outra questão expressa foi o pouco valor atribuído à vida, indicando que a vivência dos moradores está imersa num cotidiano de banalização da morte e de práticas violentas que parecem não comportar limites, visto o colapso dos sistemas de valores sociais e dos parâmetros coercitivos que ou não são respeitados, ou perderam seus significados (ADORNO, 1988), além de apontar traços temporais de aumento de registros de crimes próximos a eventos e feriados.

No que concerne ao território dos bairros onde se concentram as mortes, houve relato que uma das causas do medo em trafegar à noite, são as condições estruturais dos espaços integrados por “áreas de ponte”, que facilitam a fuga de criminosos.

Salienta-se aqui um aspecto menos difundido ou implícito da significação que relaciona os sentimentos que o território provoca, “(...) medo para quem dele é excluído, de satisfação para aqueles que dele usufruem ou com o qual se identificam” (HAESBAERT, 2004, p. 44). Considera-se, portanto, o território em sua dupla conotação, material e simbólica, “pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar)” (HAESBAERT, 2014, p. 57), isto é, relaciona-se com a dominação de caráter jurídico-político e com a inspiração do terror, do medo. O território é ao mesmo tempo objetivo, funcional e também simbólico, guia para a identidade e apropriação, carregada das marcas do vivido (LEFEBVRE, 2000; HAESBAERT, 2014).

PERFIL E RELAÇÃO DO AUTOR E VÍTIMA DOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS

No que diz respeito ao perfil das vítimas, muitos entrevistados relatam que é formado por homens, jovens, de baixa renda e que estão diretamente envolvidos com diferentes tipos de crime, como roubos, furtos, tráfico e consumo de drogas, perfil e comportamento semelhantes aos encontrados por Beato Filho (2012).

Aqui no bairro, as vítimas são na maioria das vezes homens e adolescentes, geralmente de treze a dezessete anos (Morador, bairro Jardim Felicidade).

Para falar a verdade, são rapazes, dezesseis, dezessete anos, vivem uma vida desregrada, sem acompanhamento, é o estilo de vida deles, é toda essa situação ruim, bebedeira, vagabundagem, droga e a violência mesmo (Comerciante, bairro Cidade Nova).

Observa-se que no Brasil os homicídios de jovens representam uma questão social preocupante, assim como de saúde pública, além de se constituir em grave violação aos direitos humanos (WAISELFISZ, 2014).

É importante salientar um discurso que destoa desse perfil masculino das vítimas, o qual aponta a mulher como vulnerável a esse tipo de crime, o que pode indicar possível relação, entre outros motivos, à violência contra a mulher, e até mesmo com a prática do feminicídio (WAISELFISZ, 2015), além da crescente participação das mulheres na criminalidade urbana.

Geralmente é mulher e adultos por causa de drogas. Criança, a gente pouco ver, esse é o caso do nosso bairro (Morador 2, bairro Congós).

Atinente à questão de como se processa as relações entre autores e vítimas, alguns entrevistados relatam que conhecem ou já ouviram falar de casos de homicídios nos seus bairros. Contudo, não sabem esclarecer na maioria das vezes, se existiu alguma afinidade entre autor e vítima. Sendo os principais fatores mencionados como potencializadores do cometimento desse tipo de crime, os problemas interpessoais e conflitos decorrentes do uso e tráfico de drogas (PAIXÃO, 1994; SOARES, 2008).

Olha sabe, eu perdi um vizinho, meu amigo de infância, ele era uma pessoa do bem. Só que o tráfico trouxe ele para as drogas (...) ele foi vítima disso, ele foi assassinado aqui no bairro (Morador, bairro Muca).

Mês passado aqui na Benedito do Carmo de canto com a Vigésima avenida, bem próximo da base de polícia, dois elementos chegaram de bicicleta e ceifaram a vida de dois pais de família que não tinham nada a ver com o problema. Era briga de drogas (Religioso, bairro Congós).

DINÂMICA DA VIOLÊNCIA LETAL: MULTICAUSALIDADE

Os entrevistados apontam a questão do aumento populacional, a vulnerabilidade social decorrente da ausência do Estado, e principalmente, a falta de investimentos em educação, saúde e segurança, a carência de oportunidades de emprego e ocupação, a desestrutura familiar, o tráfico de drogas e a cultura da banalização da vida e da morte, como causas mais amplas e gerais do aumento da violência nos bairros.

Com o crescimento da população e tudo mais e com a falta de estrutura, não é só as escolas, mas também são as famílias que têm baixa renda, que não tem emprego, saúde precária, toda essa parte da estrutura familiar causa esse impacto, tem muita coisa, muito problema, tudo isso (...) causam a violência, também o tráfico de drogas, como a falta de oportunidades (Morador, bairro Cidade Nova).

Vou te dizer aqui no Marabaixo é muito grande, tem um tanto de jovens sem fazer nada, desocupado, é triste assim, a gente é esquecida aqui no bairro (...) tem muito perigo com essa coisa de droga para as crianças e adolescentes (Morador, bairro Marabaixo I)

Olha aqui tem gente todo dia pedindo emprego, porque hoje não temos, o que o jovem vai fazer, não temos nada, não temos um projeto social (Comerciante, bairro Congós).

Em relação à carência de estudos e de oportunidades de trabalho apontadas, Cerqueira et al (2007) investigaram o efeito causal das oportunidades de trabalho e educacionais sobre a taxa de homicídios nos municípios brasileiros, e destacam que a maior oportunidade tanto educacional quanto no mercado de trabalho é elemento crucial para mitigar a taxa de homicídio nas cidades do país.

A maioria dos casos aqui no bairro do Congós é motivado em termos de prestação de contas, porque tem muito traficante no bairro, muito traficante, muita droga. (...) e a gente vive preocupado com nossos filhos, com nossos netos, com as crianças que moram aqui no bairro porque o índice é muito grande de crianças comprando e vendendo drogas (Representante do Conselho Comunitário de Segurança, bairro Congós).

Acho que é o poder das drogas, o poder da facção, eu já vi assim (...) ali eles lutam para ver quem manda mais (...) então eles vão se matando (Professor, bairro Congós).

É interessante verificar que foram feitas considerações a respeito da disputa do território por grupos rivais do tráfico de drogas, que induzidos pela demonstração de poder e expansão de domínio territorial, materializam suas desavenças pelas mortes, o que nesse caso, demonstra que os homicídios, muitas das vezes, estão relacionados com a droga e a prestação de contas conexas ao comércio da mesma.

Do universo de bairros investigados, constata-se que o bairro Congós se distingue mais explicitamente como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78), expressando as contradições e conflitos envolvendo o uso do território. Assim, quando se passa a avaliar a perspectiva da violência, em particular a letal, em sua articulação com o território, percebe-se que a primeira é um recorte do segundo e pode ser identificada através do contexto e de suas peculiaridades (RAFFESTIN, 1993).

Associado a esse universo de análise, se coloca o processo de periferização que produz novas territorialidades, entre elas a territorialidade da violência e/ou das criminalidades. Raffestin (1993) garante que não existe vazio de poder, pois onde o Estado não se faz presente, os agentes tendem a se territorializar, como lideranças comunitárias, igrejas, pequenos agentes econômicos e até mesmo grupos criminosos.

Trata-se, pois, de apontar o quão estratégico pode ser a atuação de determinados grupos em um território ao “afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (SACK, 2013, p. 76). Nesse cenário, mais uma vez, Raffestin (1993) esclarece que o estabelecimento do território decorre de uma produção do espaço que envolve múltiplas relações; um arranjo de relações denominado “campo de poder”, ou “território de luta”, resultante do entrelaçamento espacial de poderes que permanentemente disputam posições que possibilitam não a conquista definitiva, mas o exercício provisório ou instável do poder territorial.

No sentido de adensar a reflexão sobre o conceito de poder na esfera territorial intraurbana, recorre-se a Foucault (2015), para o qual a visão do poder não está localizada em uma instituição,

nem tampouco se apresenta como algo que se cede, por contratos jurídicos ou políticos. O poder acontece como uma relação de forças, e como relação de forças está em todas as partes. Todos estão envolvidos por relações de poder e não podem ser considerados independente delas ou alheios a elas.

Nessa perspectiva se estabelece uma dimensão mais ampliada de apreciação, onde se inclui a microfísica de um poder muito mais capilarizado, o poder dos sujeitos atuando sobre os outros sujeitos (FOUCAULT, 2015), num movimento desigual e contínuo de dominação e resistência, que nunca é exterior a ele, os grupos “dominados” estão sempre reconstruindo suas territorialidades (HAESBAERT, 2014).

Alinhado a esse pensamento grande parte das relações de poder atualmente envolve diferentes sujeitos e espaços de territorialização num jogo bastante sofisticado com a estrutura estatal, principalmente, através de circuitos ilegais, como é o caso do tráfico de entorpecentes, fenômeno observado pelos agentes territoriais locais (HAESBAERT, 2014).

Dessa perspectiva, verifica-se que o poder não existe em si, o que existe são práticas de poder num determinado espaço social, ou seja, relações de poder, que aqui remetem à conjunção dos conceitos de espaço, território e poder, no contexto específico de estudo da letalidade violenta em Macapá.

POLÍTICAS PÚBLICAS: PAPEL DA POLÍCIA E DA JUSTIÇA CRIMINAL

No que concerne as políticas públicas de redução da letalidade nos bairros, de modo geral, os sujeitos avaliam não ter conhecimento de alguma medida tomada para reduzir as mortes, principalmente no que concerne às estratégias de cunho preventivo, sobretudo, por parte do governo federal, e de que não é de responsabilidade direta deste a atuação no nível municipal. Nota-se inclinações no sentido de que não há incentivo à cooperação entre os três níveis de governo, o que pode acarretar na inadequada alocação de recursos financeiros para a execução de ações e políticas de combate à violência e criminalidade.

O governo federal não está fazendo nada para gente (...), não investem em educação e nem em segurança, que são bases, então é complicado esperar melhorias a nível federal, sabe? (Morador 2, bairro Congós).

Com o objetivo de trazer melhorias, os entrevistados apontam a necessidade de investimento em áreas sociais, de modo conjunto, pelo governo federal, estado e município e com a participação da comunidade.

Eu acho que ajuda do Governo Federal para que houvesse uma instituição em que a gente trouxesse os nossos jovens. Pessoas que fazem aquelas medidas sociais, educativas e nós tirássemos esses jovens da rua, do mundo da droga, da bebida, do roubo, do homicídio, de tudo. Eu acho que se nós tivéssemos uma instituição ou uma parceria do Governo Federal aqui e nós tivéssemos uma instituição, eu acho que reduziria muito isso (Representante do Conselho Comunitário de Segurança, Bairro Muca).

Um relato distinto entre os sujeitos, é o da possibilidade de se descentralizar os orçamentos e investir nas áreas de segurança, educação e saúde, apontando ainda na direção de se oferecer mais lazer para as crianças, bem como incentivar os jovens e moradores da comunidade a aproveitarem os espaços vazios, a fim de melhorar a qualidade de vida da população.

Com o imposto que a gente paga, deveria descentralizar mais esse dinheiro. Deveria pegar, chegar como eu falei sobre a escola, o fundamental de tudo isso, tem que começar lá na sala de aula, para você ter um bom, uma boa pessoa, um caráter tem que começar lá de baixo, devia dar mais apoio para os professores, ter condições de trabalho, ter um salário digno, para não precisar ter uma viatura na

frente da escola, (...) ^{Agentes Territoriais Locais e Crimes Violentos Letais em Macapá-Brasil} o governo federal deveria dar mais apoio, para as Ongs (...) deveria fazer isso, dar condições para quem queira trabalhar mesmo. Duvido se não fizer uma obra social boa, forte, lazer para essas crianças, fazer hortas, tem muita terra, ensinar a criança a plantar, para própria alimentação (Professor, Bairro Congós).

De maneira geral, foi possível detectar no discurso dos agentes territoriais as políticas públicas de segurança interpretadas em um caráter mais amplo, como políticas públicas sociais, as quais deixam de ser efetivamente implementadas na tradicional linguagem dos direitos e passam a ser justificadas como recursos de controle cotidiano do crime, subsidiárias à repressão policial direta (SILVA, 2014).

Quando se analisam os relatos a respeito do papel das instituições do sistema de segurança e da justiça criminal, boa parte dos entrevistados aponta que existe um esforço no âmbito da polícia civil em investigar os casos de crimes violentos. Contudo, ressaltam a questão da “invisibilidade” e das condições econômicas dos envolvidos, o que revela uma situação de penalização das camadas populares decorrente de um intenso processo de segregação socioterritorial, acompanhado de um “silenciamento” que as afasta de comungar da coletiva ordem social, como aponta Silva (2014).

Vou lhe dizer um negócio que é bem sincero, a gente vê eles conseguirem o culpado quando interessa a eles. Isso é bem sincera, é difícil, porque se você não for ninguém, deixa para lá, esquece, entendeu?! Eu acho isso (Líder comunitária, bairro do Congós).

Pelo um lado sim, mas o quê que acontece, eles correm atrás, quando não, eles não conseguem, o cara morreu, mas ele é de família lá de baixo, não tem condições de meter um bom advogado e aí (...) o quê que vai acontecer (...) aquele caso vai ser arquivado, pronto, bota na gaveta do esquecimento (Morador, bairro Marabaixo I).

Muitas vezes sim, mas muitas vezes eles saem daqui para outros estados, e às vezes morrem até mesmo antes de serem investigados (Representante do Conselho Comunitário de Segurança, bairro Congós).

Outro fator presente diz respeito à insuficiência de ações de cunho preventivo por parte dos órgãos de segurança pública. Alguns relatam que a polícia militar atua em parceria com a comunidade, no entanto, a instituição não dispõe de todos os recursos para executar um melhor trabalho de prevenção, pois lhe falta, sobretudo, estrutura, equipamento e pessoal.

A polícia é parceira da gente, tem ajudado bastante, a gente vê eles passando todo tempo, eles fazem a rota normal, só que também eles não tem muita coisa a fazer, as vezes a viatura não presta, esses caras deveriam ser muito bem assessorados, muito bem acompanhados, em parte de viatura, de armamento, porque eles não só prendem, eles fazem a prevenção, eles fazem o que tem que fazer, o que cabe a eles hoje, o que dá pra fazer eles fazem, eu não tenho nada a falar sobre a polícia militar não, fazem um bom trabalho na medida do possível (Comerciante, bairro Cidade Nova).

Atualmente tem um projeto ali da polícia (...) polícia militar aqui próximo à rotatória eles tão com uns jovens lá (...) é um projeto da polícia, né? Eles são bons para nossa comunidade, só que precisamos muito mais (Morador, bairro Muca).

A gente tem uma parceria muito boa com a polícia militar, esses tempos eles estão bem presentes, nas escolas, aqui no bairro agora tem viatura fazendo ronda. Mas também a própria polícia não tem estrutura, as viaturas estão quebradas, às vezes, falta combustível, tem mais de três anos que não tem concurso para polícia militar. Antes quando tinha mais policiais caminhando por aqui, não tinha tanto perigo. É muito complicado, o consumo de drogas acontece dentro da escola, não tem como a polícia dar conta, um bairro muito grande (Representante do Conselho Comunitário de Segurança, bairro Congós).

Nesse contexto é interessante destacar uma significativa receptividade da comunidade quanto à atenção dispensada pela polícia, em especial, a militar, através dos projetos sociais e participa-

ção nos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEG),⁶ o que mostra ser elemento diferencial a conexão entre o nível local de organização e a interação com instituições externas. Os conselhos de segurança instalados aparecem como esforços que consolidam a interação verificada entre os órgãos de segurança pública e a comunidade, em especial no bairro Congós.

Em relação à efetividade do papel do sistema de justiça em reduzir o índice da criminalidade violenta, constata-se que existe uma insatisfação por parte da população, estando presente nas entrevistas a ideia de que “a polícia prende e o judiciário solta”, o que de certa forma, perpassa por críticas diretas e indiretas à legislação penal e às medidas socioeducativas, revelando a sensação de impunidade (CERQUEIRA et al., 2007) presente no imaginário dos agentes territoriais.

Mas se eles pegam os caras iria diminuir essas taxas, a exemplo disso mataram os dois e não passou um mês os caras já estavam soltos (...) e eles sabem que a polícia não faz nada e não vão atrás e quando a polícia pega se paga um advogado e depois está solto para cometer as mesmas coisas (Morador 2, bairro Congós).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta pesquisa foi abordar a violência e os crimes violentos letais no contexto urbano da cidade Macapá, com ênfase para os bairros que concentram os maiores índices de crimes violentos letais na capital, a partir da análise qualitativa de entrevistas realizadas com os agentes territoriais locais atuantes nas comunidades investigadas. Buscou-se entender a relação existente entre a dinâmica da violência letal representada pelo homicídio, latrocínio e morte decorrente de confronto policial e o comportamento dos agentes territoriais locais.

A interpretação pretendida delineou-se em torno da ideia de se agregar a análise do espaço e do território às dinâmicas das relações sociais e de poder. A formação do território da violência na capital amapaense se refletiu, em parte, como produto da tensão das relações dos diferentes agentes territoriais locais, mas também se caracterizou como derivado dos baixos indicadores socioeconômicos e de infraestrutura das áreas analisadas, com especial destaque para os bairros Congós, Muca e Novo Buritizal, situados na zona sul do município, que apresentam porções alagáveis do território, popularmente conhecidas como “ressacas”, que têm sido utilizadas, historicamente, pela população local, como opção de habitação, bem como para o desenvolvimento de atividades econômicas, sociais, culturais e de lazer.

Os resultados apontam na direção que esses espaços deteriorados apresentam estreita ligação com a violência no território do município, além de terem se configurado como espaços de grande vulnerabilidade socioeconômica, especialmente marcados por déficits de ordem educacional e familiar, pela cultura de banalização da violência, materializada pelas desavenças de cunho interpessoal, pela escassa presença de agentes policiais e pelos conflitos ligados ao uso abusivo de álcool e de drogas, num contexto generalizado de deficiência do aparelho estatal.

Recente estudo diagnóstico relativo aos homicídios em Macapá sinalizou que os indicadores violência interpessoal, conflitos de gangues e drogas e carência da presença de instâncias do Estado como determinantes positivos e graves, indicando ainda, que os indicadores violência doméstica e conflitos entre polícia e população se destacam negativamente, de forma intermediária na capital (ENGEL et al., 2015).

Das entrevistas, alguns pontos merecem destaque, como a sensação de medo e insegurança vivida pela comunidade desses espaços, assim como o sentimento de invisibilidade da população em relação a desassistência por parte das várias esferas de governo, adicionado a questão da falta de punição efetiva dos infratores.

(6) São entidades de apoio aos órgãos da segurança pública do Amapá, nas relações com a comunidade para a solução conjunta dos problemas sociais com base na filosofia de segurança comunitária, vinculados, por adesão, às diretrizes estratégicas emanadas da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ (AMAPÁ, 2012).

Seguindo a lógica da criminalidade de outras capitais do país, os autores e vítimas da criminalidade letal, são predominantemente, os adolescentes e jovens, do sexo masculino, em virtude de conflitos advindos do não pagamento de dívidas relativas ao comércio de drogas, questão que se mostrou bastante relevante e frequente nos relatos.

Constata-se que grande parte das relações de poder atualmente envolve diferentes sujeitos e espaços de territorialização numa trajetória que transcorre pela perspectiva do conflito individual e/ou de grupos num “jogo” com a estrutura estatal, principalmente, através do tráfico de entorpecentes, fato recorrentemente observado pelos agentes territoriais locais em Macapá.

Por fim, destaca-se que não é apenas na dimensão do conflito entre criminosos que as relações de poder se estabelecem nos territórios dos bairros investigados, muitos moradores se mostram bastante atuantes, sobretudo, no que se refere à organização em lideranças comunitárias, religiosos e CONSEGs, que continuamente tratam de questões de melhora da qualidade de vida da comunidade. É nesse cenário, em que o Estado se apresenta de maneira incipiente, que os grupos e agentes territoriais se aglutinam, edificando suas “territorialidades” a partir do uso da violência letal.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ADORNO, S. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ARENDRT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro, 2011
- BAILEY, T. C., GATRELL, A. C. **Interactive spatial data analysis**. Essex: Longman Scientific and Technical, 1995.
- BARATA, R. B.; RIBEIRO, M. C. S. de A. Relação entre homicídios e indicadores econômicos em São Paulo, Brasil, 1996. **Rev. Panam Salud Publica**, Washington, v. 7, n. 2, p. 118-124, 2000.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEATO FILHO, C. C. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.
- BECKER, B. K. O uso político do território. In: BECKER, B. K.; COSTA, R. H; SILVEIRA, C. B. (Orgs). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 1-8, 1983.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Manual de preenchimento: formulário de coleta mensal de ocorrências criminais e atividades de polícia**. Brasília: SENASP, 2006.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Projeto Segurança Cidadã: Pensando a Segurança Pública - Edição Especial Homicídios**. Brasília: SENASP, 2016a.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Os números da Justiça Criminal no Brasil. **Informativo Rede Justiça Criminal**. n. 8, jan, 2016b.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2010.
- CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M.; DRUCK, S.; CARVALHO, M. S. Análise espacial e geoprocessamento. In: DRUCK, S.; CARVALHO, M. S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. V. M. (Orgs.). **Análise espacial de dados geográficos**. Brasília: Embrapa, 2004.
- CARDOSO, M. A.; MOTA, P. D. M.; SILVA, L. C. da; MONTEIRO, S. C.; FERREIRA, J. F. C. O Despejo de Resíduos Sólidos nas ocupações irregulares no Canal do Jandiá (Macapá-AP). **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 03, n. 19, p. 149-161, 2015.
- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W.; CARVALHO, A. O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. In: CRUZ, M.; BATITUCCI, E. (Orgs). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 141-176, 2007.
- CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. de. Oportunidades para o jovem no mercado de trabalho e homicídios no Brasil. In: CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. U. (Orgs.). **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Brasília: Ipea, p. 267-290, 2014.
- CHAGAS, C. A. N. Geografia, Segurança Pública e a Cartografia dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**. n. 1. Jan./jun. p. 186-204, 2014.

ENGEL, C. L. (Org.); PARESCHI, A. C. C.; DANTAS, A. G. L.; LIMA, D.P.; ROMAO, D. M. M.; SANTOS, H. F.; BARBOSA, J. F.; NUNES, J. L.; LOIOLA, P. H. R.; SOUSA, R. R.; FABRI, S.; SOARES, V. L.; RODRIGUES, Y. S. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

FELIX, S. A. **Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias**. Marília: UNESP, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GEAC-SEJUSP/AP. Gerência de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá. **Sistema de Banco de Dados**. Macapá, 2016.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n.17, p. 19-46, 2007.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. 2010a. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=16>. Acesso em: 31 jan. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação**. 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm. Acesso em: 13 fev. 2017.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

PALHETA, A. C., SANTOS, T. B.; SERDOURA, F. Segregação ou Integração dos Espaços Públicos Urbanos: uma análise da Zona Norte de Macapá – AP. **7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável - Contrastes, Contradições e Complexidades**, Maceió-AL, 2016.

PEREIRA, A. C. B.; SOUSA, J. C.; SILVA, R. T. **Desigualdade social, áreas de ressaca e locais perigosos em Macapá/AP**. 2015. Disponível em: http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1019797_24_06_2015_13-52-09_3353.PDF. Acesso em: 18 fev. 2017.

PORTILHO, I. S. Áreas de ressaca e a dinâmica urbana em Macapá/AP. **VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física e II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física. Riscos naturais e a sustentabilidade dos territórios**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema4/ivone>. Acesso em: 15 jun. 2016.

PORTO, J. L. R.; CHELALA, C. A.; ANDRADE, E. B. O pensamento ambiental e as modalidades de unidades de conservação no Amapá. **OLAM** (Rio Claro), v. 8, p. 80-103, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. São Paulo em perspectiva. vol. 13, n.4, p. 100-111, 1999.

SACK, R.D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L.C; FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

SAPORI, L. F.; SOARES, G. A. D. **Por que cresce a violência no Brasil?** Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2014.

SILVA, L. A. M. Violência e Ordem Social. In: LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. de (Orgs.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 26-34, 2014.

SOUZA, M. L. de. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C.; CORREA, R. L. (Orgs.). **Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 1995.

SOUZA, M. L. de. **Fobópole**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TAKIYAMA, L. R.; SILVA, A. Q.; COSTA, W. J. P.; NASCIMENTO, H. S. Qualidade das Águas das Resacas das Bacias do Igarapé da Fortaleza e do Rio Curiaú. In: TAKIYAMA, L. R.; SILVA, A. Q. (Orgs.). **Diagnóstico das Resacas do Estado do Amapá**. Macapá-AP: CPAQ/IEPA e DGEO/SEMA, p. 81-104, 2003.

TOSTES, J. A.; LUZ, R. S. Planejamento urbano na cidade de Macapá: análise do projeto habitacional Macapaba. **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**. São Paulo, 2014.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2014**. São Paulo: Instituto Sangari, 2014.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015**. Distrito Federal: FLACSO, 2015.